



RELATÓRIO E CONTAS INDIVIDUAL 2013

Relatório do Conselho de Administração

Exercício de 2013

Senhores Acionistas,

De acordo com a Lei, designadamente quanto ao estabelecido nos artigos 65º e 66º do Código das Sociedades Comerciais, e com os nossos Estatutos, vimos submeter à apreciação de V. Exas. o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras da Reditus, SGPS, S. A., do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.

1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

Economia internacional

A economia mundial cresceu a um ritmo relativamente modesto ao longo do ano de 2013, ainda que de modo heterogéneo entre os principais blocos económicos. As indicações do Federal Reserve System Norte-americano (FED) no fim do primeiro semestre sobre a retirada dos estímulos ao crescimento económico, os impedimentos de natureza estrutural que afetaram e afetam algumas das principais economias em rápido crescimento na Ásia e na América Latina e a má performance da economia europeia, condicionaram esta evolução, claramente abaixo do padrão dos melhores anos da última década.

Os dados de final de ano mostraram uma melhoria ainda que tímida do crescimento das economias mais avançadas da Europa e dos Estados Unidos. Na Zona Euro, mantiveram-se divergências acentuadas entre o centro e a periferia, registando-se avanços, ainda que tímidos, na superação dos problemas estruturais de algumas das economias mais desequilibradas da zona monetária.

Economia portuguesa

Em Portugal deu-se continuidade ao programa de ajustamento económico e financeiro negociado com os credores oficiais – Fundo Monetário Internacional, União Europeia e Banco Central Europeu – em 2011, com implicações profundas na economia portuguesa e, concretamente, no acesso dos agentes económicos ao financiamento.

O governo, sob a supervisão dos representantes dos credores oficiais, prosseguiu o programa de ajustamento das contas públicas através de cortes importantes na despesa pública e do esforço acrescido de coleta fiscal, reestruturação de boa parte do sector empresarial do Estado e continuação do programa de privatizações. Por outro lado, manteve-se o esforço de alteração estrutural da economia com ênfase na regulamentação do mercado de trabalho e na eliminação de distorções causadoras de poder de monopólio em alguns mercados de bens e fatores com impacto estruturante na economia.

O acesso a financiamento por parte das empresas manteve-se problemático nomeadamente por escassez de capital e por falta de instrumentos que possibilitem o investimento a longo prazo a custo aceitável. Estes fatores, assim como a continuada fragilidade do mercado interno, contribuíram para uma nova queda relevante do investimento empresarial, a despeito da progressiva melhoria do sentimento económico, sobretudo ao longo do segundo semestre. Assim, o investimento voltou a apresentar uma variação agregada fortemente negativa (-6,6%).

A componente mais dinâmica da economia foram as exportações, consistente com a aposta no sector de bens não transacionáveis e refletindo o sucesso das empresas portuguesas quer nos mercados tradicionais de exportação quer, em larga medida, em novos mercados, muitos deles fora do continente europeu. Embora a procura dirigida às exportações portuguesas tenha evidenciado melhorias em países como a Espanha face à enorme retração de 2012, a Alemanha continuou a evidenciar um papel negativo na evolução geral das exportações nacionais. Estas dificuldades no centro da Europa foram mais que compensadas pela evolução dos demais mercados.

A continuada redução do rendimento disponível contribuiu para uma redução do consumo privado face a 2012, mantendo-se, como esperado, a evolução negativa do consumo público, em linha com as regras do programa de ajustamento.

Neste contexto, e apesar da melhoria evidenciada no final do ano, a economia voltou a registar um crescimento negativo, neste caso de -1,4%, ainda assim menos acentuado do que as várias estimativas que foram apresentadas no final de 2012 e mesmo ao longo de 2013.

A política de rendimentos manteve o seu pendor contraccionista com reflexo na evolução dos salários nominais e reais. A taxa de desemprego atingiu o seu máximo na primeira metade do ano, tendo vindo a decrescer desde então, encontrando-se ainda em valores elevados, próximos de 16%.

2. DESCRIÇÃO DO NEGÓCIO

Com uma forte presença nacional e internacional, a Reditus disponibiliza serviços e soluções em três áreas, IT Consulting, IT Outsourcing e BPO (Business Process Outsourcing).

2.1. IT Consulting

A área de IT Consulting integra os segmentos de Consultoria, Plataformas e Aplicações, Consultoria e Implementação SAP e Outsourcing Especializado. Em 2013, esta área de atividade representou 62% das receitas da Reditus.

Consultoria

A valência de Consultoria foi marcada por uma forte recessão do mercado de Consultoria em Portugal. A Reditus compensou a sua intervenção neste segmento da sua atividade com a procura noutras geografias onde a assimetria de maturidade alavanca o negócio da consultoria, principalmente na vertente de gestão, adequando a oferta e práticas comerciais a novas geografias, com necessidades e abordagens diferentes às que tinha vindo a desenvolver.

O segmento de Consultoria foca-se na entrega de valor aos clientes do Grupo através do desenvolvimento de soluções e projetos nas competências de consultoria de negócio, transformação, funcional e tecnológicas. Esta área acrescenta ainda valor ao grupo Reditus trazendo mais competências e qualidade à gestão das restantes operações da empresa.

A Reditus tem realizado desde há alguns anos a esta parte uma forte aposta na comunicação das suas valências neste segmento de oferta, tendo resultado em projetos realizados em Portugal e no estrangeiro nos mais diversos sectores de atividade, através dos quais apontámos soluções concretas que permitiram aos nossos clientes i) reorientar a sua estratégia de negócio e o seu posicionamento no mercado, ii) otimizar as suas operações ou iii) melhorar, qualificar e certificar os seus processos operativos com vista a aumentarem a sua eficiência, eficácia e credibilidade da Organização.

A Reditus vai assim manter o enfoque em Portugal nas ofertas onde tem grande experiência em operação de serviços (Outsourcing infraestruturas, BPO, Contact Center, entre outros), alavancando nesse conhecimento o *advisory* a clientes que têm desafios sobre a otimização dessas operações ou sobre a sua estratégia e operacionalização de processos de externalização. Nas geografias em desenvolvimento, mantemos a mesma estratégia de oferta, com intervenção muito abrangente desde os sistemas de informação até à consultoria de gestão.

Plataformas e Aplicações

A persistência do clima de elevada exigência económica e a consequente pressão sobre as empresas para encontrarem modelos operacionais mais eficientes e flexíveis, marcou o ano de 2013 no que diz respeito à oferta de soluções de Plataformas e Aplicações.

Ao nível da oferta, este segmento foi igualmente marcado, em 2013, pela crescente adoção de ferramentas de análise de indicadores de negócio, automatização de fluxos documentais e de processos de negócio, nomeadamente através da implementação de plataformas de *business analytics*, *enterprise content management* e *business process management*.

A necessidade das organizações, públicas e privadas, de recolherem informação em tempo real de suporte aos processos de decisão a vários níveis, conheceu em 2013 um nível de importância extremo. De igual forma, as preocupações com a gestão da informação e os fluxos de tratamento e consumo da mesma dentro das organizações, esteve muito em foco no âmbito geral das organizações.

Para 2014, prevê-se a continuação do investimento das organizações nas áreas de *business analytics*, mobilidade empresarial e a adoção de processos de segurança da informação mais exigentes, pelo que estas áreas deverão marcar as grandes linhas de investimento das organizações no futuro próximo.

A Reditus detém fortes competências, suportadas por equipas de consultoria, engenharia e suporte, com elevada experiência e certificação nas áreas que constituem as grandes tendências do mercado dos próximos anos.

Consultoria e Implementação SAP

Durante o ano de 2013, a Reditus manteve e reforçou a sua liderança na implementação de soluções SAP no mercado português e continuou a crescer em todos os mercados onde atua, recrutando novos colaboradores e mantendo uma aposta clara no seu processo de internacionalização com a inauguração de novas filiais em Macau e Nyon.

Apesar do contexto económico negativo o ano de 2013 foi muito positivo neste segmento da oferta. Atingimos um máximo histórico de faturação, com crescimentos significativos no mercado nacional e internacional, o que se refletiu naturalmente a nível global.

Desde 2009, a Reditus tem vindo a consolidar a sua posição de líder na integração de sistemas de gestão empresarial SAP em Portugal, tendo ainda aprofundado a aposta estratégica no processo de internacionalização. Este desempenho de excelência confere à Reditus e à ROFF uma posição de grande visibilidade na sua área de negócio.

A Reditus vai continuar a sua aposta na expansão internacional dos serviços de consultoria e implementação SAP, recrutando novos colaboradores e analisando a possibilidade de abertura de filiais em novas áreas geográficas.

Desta forma, a Reditus vai continuar a sua aposta na expansão para novos mercados e países em franca expansão, na inovação da oferta de novos tipos de serviços, de forma a manter o crescimento deste seu segmento de oferta em número de colaboradores e volume de negócios. Não obstante, e apesar do referido, o mercado nacional continua a ser uma forte aposta, pelo que a Reditus pretende consolidar o estatuto de empresa de referência no mercado doméstico.

Para atingir os objetivos referidos acima continuará a sua aposta no capital humano, mantendo e implementando políticas de satisfação e crescimento profissional das equipas.

Outsourcing Especializado

A Reditus é uma das precursoras dos serviços de Outsourcing em Portugal, atividade que está na sua génese em 1966. Desde essa altura, a Reditus tem desenvolvido várias áreas de competências dentro desta temática, nomeadamente ao nível do Outsourcing Especializado em Tecnologias de Informação.

O mercado de Outsourcing Especializado tem como base os desafios impostos por uma economia global cada vez mais competitiva, onde a disponibilização de profissionais de TI, altamente qualificados e em regime de Outsourcing, promove a flexibilidade e o incremento de qualidade necessários para que os desafios, cada vez mais exigentes, que as TI colocam às empresas, possam ser ultrapassados com sucesso. A extrema competitividade deste mercado promove uma proliferação de empresas de pequena e média dimensão. As empresas com maior eficiência nos processos de recrutamento e mais ágeis nos modelos de compensação financeira poderão obter um alargamento das suas quotas de mercado num momento onde a tributação salarial atinge o seu auge em território nacional.

É com base neste enquadramento, que a Reditus tem vindo a desenvolver a sua prestação de serviços em, praticamente, todos os sectores de atividade do mercado.

No ano de 2013 fruto da reorganização interna, a Reditus consolidou a sua presença na base Instalada de clientes levando a terminar este ano com cerca de 300 consultores em projeto. Podemos considerar que foi um ano globalmente positivo, tendo a Reditus mantido a sua carteira de clientes nesta área de negócio, com um volume de consultores que nos coloca como um dos players incontornáveis neste sector.

Os principais desafios em 2013, ficam marcados pela necessidade dos fornecedores procurarem o aumento da eficiência operacional respondendo assim à pressão dos preços por parte dos seus clientes.

Em 2014, a diversificação da oferta e da carteira de clientes atuais, a internacionalização, a implementação de centros de *nearshore* bem como a captação de talento constituem os nossos principais desafios. Como resposta a estes desafios, a área de Outsourcing Especializado focar-se-á no desenvolvimento da sua presença internacional, nomeadamente ao nível da exportação de serviços. A reorganização da divisão e a implementação de novos processos, procedimentos e ferramentas que permitem ir de encontro as exigências dos nossos parceiros/clientes, serão igualmente prioridades, definidas pela empresa.

2.2. IT Outsourcing

A área de IT Outsourcing da Reditus é composta pelas competências de Infraestruturas de TI representando, 19% das receitas totais em 2013.

O segmento de Infraestruturas de TI da Reditus oferece ao mercado serviços, projetos e soluções infraestruturais de tecnologias de informação. Os serviços incluem a gestão,

administração e suporte de plataformas tecnológicas, numa lógica de contrato de responsabilidade ou de outsourcing funcional. Os projetos são processos de engenharia e integração tecnológica, no perímetro das infraestruturas, suportados por equipas multidisciplinares de elevado know-how técnico e metodologias de eficácia comprovada. As soluções são específicas para os vários sectores de mercado, fornecidas sob a forma de modelos financeiros flexíveis e adequados às atuais condicionantes económicas.

A persistência do clima de elevada exigência económica e a consequente pressão sobre as empresas para encontrarem modelos operacionais mais eficientes e flexíveis, marcou o ano de 2013 no que diz respeito a este segmento de negócio. Desta forma, a atividade das infraestruturas continuou a ser marcada pela mudança estratégica de aposta em serviços de elevada competência e diferenciação, em detrimento de projetos muito centrados no fornecimento de hardware.

A oferta de outsourcing de serviços de TI, estendeu-se às empresas de média dimensão. Esta tendência deriva da estratégia de internacionalização, comum a muitas empresas nacionais, e à necessidade, decorrente deste movimento, de adoção de processos de suporte ao negócio baseados em modelos que permitam reduzir a componente de custos de estrutura e focar a atividade no *core business* de cada organização.

Ao nível das infraestruturas de TI, assistiu-se ainda a uma crescente maturidade da oferta baseada em serviços *cloud*, sendo acompanhada pela apetência do mercado em aderir a este paradigma tecnológico. A Reditus consolidou um conjunto de competências abrangente, refletidas num elevado número de projetos concretizados em 2013, que permitem suportar os clientes, quer na seleção dos serviços a migrar para um ambiente *cloud*, quer na disponibilização de plataformas tecnológicas adequadas.

Para 2014, prevê-se a continuação do investimento das organizações na adoção de serviços *cloud*, quer ao nível da disponibilização de infraestrutura, quer de plataformas aplicacionais.

A Reditus detém atualmente, fortes competências nas áreas tecnológicas que constituem as grandes tendências do mercado dos próximos anos. A confiança que o elevado número de clientes de todos os sectores de atividade depositam na Reditus e o reconhecimento obtido junto dos principais fabricantes tecnológicos, constituem um garante de desenvolvimento destas áreas de negócio nos próximos anos.

2.3. BPO

A área de BPO da Reditus é composta pelas competências de BPO e Contact Center, representando, 19% das receitas totais em 2013.

BPO

O BPO (Business Process Outsourcing) é uma das áreas de especialização da Reditus, tendo sido precursora em Portugal na prestação de serviços neste modelo. Com experiência

acumulada de mais de 15 anos, sobretudo no sector financeiro, a Reditus foi uma das fundadoras da Associação Portugal Outsourcing, entidade que tem desempenhado um papel vital na divulgação nacional e internacional deste sector.

A área de BPO desenvolve soluções à medida dos objetivos de negócio dos Clientes, através de uma abordagem flexível e polivalente com recursos especializados. Desta forma oferece aos seus clientes benefícios que se traduzem em aumentos de eficiência e qualidade.

A sua oferta abrange a prestação de serviços de suporte ao negócio nas categorias de BPO, BTO (Business Transformation Outsourcing) e BPaaS (Business Process as a Service), desenvolvendo atividades como: tratamento de correio; preparação de documentos; digitalização; custódia de arquivo; tratamento de crédito habitação, empresas, pessoal e automóvel; gestão de sinistros automóvel, multirriscos e acidentes de trabalho; tratamento de cartões de débito, crédito e cartões universitários; gestão de reclamações, entre outras.

Contact Center

A Reditus é atualmente um dos principais players no sector dos Contact Center, sendo reconhecida a sua participação assídua nos maiores e mais exigentes concursos do mercado. O seu portfólio de soluções inclui uma vasta oferta de serviços integrados de suporte ao negócio e à gestão de serviços de apoio ao cliente.

A sua oferta caracteriza-se por soluções flexíveis multicanal suportadas por tecnologia própria e ajustável às necessidades do cliente, nas vertentes de *inbound* e *outbound*, bem como por um rigoroso controlo de qualidade e auditoria em tempo real. A articulação com a restante oferta da Reditus, transfere para esta área um posicionamento competitivo e dinâmico, proporcionando aos seus clientes as melhores e mais inovadoras soluções no mercado, o que resulta certamente num fator diferenciador, face à concorrência.

A Reditus possui atualmente uma carteira de clientes composta por empresas de grande prestígio que operam em vários sectores de atividade e com quem estabeleceu contratos plurianuais, promovendo desta forma a sustentabilidade deste segmento de negócio.

Para a área de BPO o ano de 2013 revelou grandes desafios. A Reditus debateu-se com um cenário de grande competitividade, tendo no entanto conseguido fidelizar e angariar novos serviços em diferentes setores. Para atingir estes objetivos a Reditus focou-se na melhoria dos níveis de eficiência, sem comprometer a qualidade de serviço, e na aposta contínua da satisfação dos clientes, assim como a dos nossos colaboradores.

Desenvolveu ainda, agregado a estes pontos, a elaboração de um plano estratégico que resultou numa reestruturação profunda desta área de negócios, com a criação de uma área comercial própria e recrutamento especializado. Desta forma deu-se suporte à criação da oferta de novas linhas de serviço, preparadas para responder no mercado nacional e internacional.

Outro factor que influenciou positivamente esta área de negócios foi o esforço realizado em torno da uniformização dos procedimentos e práticas entre áreas de negócio e levou à obtenção do certificado da Qualidade pela APCER de acordo com a norma ISO 9001.

O ano de 2014 apresenta-se bastante promissor para o qual contribuirão todos os desenvolvimentos referidos acima, mas também o aumento de capacidade promovido pela abertura do Centro de Serviços e Inovação, Reditus Lisbon Innovation Center. Situado no coração da capital, com ocupação inicial de aproximadamente 3.000m², com potencial de crescimento para o dobro, torna ainda mais robusto o nosso posicionamento na lista dos melhores parceiros nesta área de negócio.

2.4. Área Internacional

A estratégia de desenvolvimento da Reditus continua a assentar numa política concertada de internacionalização. O sucesso desta estratégia tem-se refletido num crescente desempenho da sua atividade, contemplando já como clientes várias empresas multinacionais estrangeiras.

A área internacional representou, 38% das receitas totais da Reditus em 2013, tendo as receitas atingido os 42,3 milhões de euros em 2013.

Em termos de distribuição da receita, África continua a assumir um peso significativo nas atividades internacionais da Reditus, representando 54,8% das respetivas receitas, enquanto a Europa passou a representar 39,8% da receita internacional.

A Reditus tem vindo a desenvolver o seu processo de internacionalização em várias geografias, de forma a reduzir o risco e a explorar um maior número de oportunidades de negócio. Em termos históricos, a Reditus já desenvolveu projetos em mais de 60 países, localizados na Europa, África, América do Norte e América Latina e Ásia.

A atividade internacional da Reditus, assenta sobre dois modelos organizacionais distintos, nomeadamente, através da criação de delegações locais e através do fomento da atividade exportadora, com aposta em países criteriosamente selecionados onde a empresa possa aportar valor e explorar as oportunidades decorrentes dos seus estados de desenvolvimento.

A sua intervenção no panorama internacional tem-se pautado pelo desenvolvimento de projetos de grande valor acrescentado para os seus clientes, em todas as suas áreas de competência, com especial ênfase para as áreas de consultoria, infraestruturas de TI e implementação SAP, complementadas por uma oferta orientada por sector de atividade, nomeadamente: Administração Pública, Saúde, Transportes, Indústria, Banca, retalho, Oil & Gaz e Utilities.

3. PRINCIPAIS INDICADORES FINANCEIROS

A Reditus SGPS obteve em 2013 Réditos Operacionais de 1.605.000 Euros, o EBITDA atingiu o valor positivo de 917.048 Euros e o Resultado Líquido foi positivo em 103.594 Euros.

4. PERSPECTIVAS FUTURAS

A atividade da Reditus SGPS continuará centrada no apoio à gestão das empresas em cujo capital atualmente participa, direta e indiretamente, refletindo nessa ação as orientações estratégicas definidas para todo o Grupo Reditus.

5. APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Tendo o exercício de 2013 encerrado com um resultado líquido positivo de 103.594 Euros, o Conselho de Administração propõe que o mesmo seja transferido para Resultados Transitados.

6. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

De acordo com o disposto no artigo 245.º, n.º1 alínea c) do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho de Administração da Sociedade declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação constante do Relatório de Gestão e dos demais documentos de prestação de contas foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Sociedade. Mais declaram que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Sociedade e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

7. AGRADECIMENTOS

Salientamos a confiança depositada pelos Clientes, o empenho dos nossos Colaboradores na prossecução dos objetivos a que nos propusemos, bem como o apoio qualificado do Fiscal Único, dos Bancos e dos outros parceiros de negócios.

Alfragide, 4 de Abril de 2014

O Conselho de Administração

Eng. Miguel Maria de Sá Pais do Amaral – Presidente

Eng. António Maria de Mello Silva Cesar e Menezes – Vice- Presidente

Eng. José António da Costa Limão Gatta – Administrador

Dr. Fernando Manuel Cardoso Malheiro da Fonseca Santos – Administrador

Dr. Rui Miguel de Freitas e Lamego Ferreira – Administrador

Eng. Francisco José Martins Santana Ramos - Administrador, Presidente da Comissão Executiva, CEO

Dr. Helder Filipe Ribeiro Matos Pereira - Administrador, membro da Comissão Executiva, CFO

Dr. José Manuel Marques da Silva Lemos – Administrador

Prof. Doutor António do Pranto Nogueira Leite - Administrador

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REDITUS - SGPS, SA.

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2013

(Montantes expressos em euros)

ACTIVO	Notas	2013	2012
ACTIVO NÃO CORRENTE:			
Activos fixos tangíveis	5	139.512	228.702
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	7	64.800.845	62.789.364
Activos por impostos diferidos	8	1.335.458	1.647.888
Total do activo não corrente		66.275.815	64.665.954
ACTIVO CORRENTE:			
Clientes	9	4.420.086	3.639.561
Estado e outros entes públicos	16	168.315	481.174
Accionistas / sócios	9	20.675.467	15.197.423
Outras contas a receber	9	12.182.320	9.373.504
Diferimentos	10	44.922	43.604
Activos financeiros detidos para negociação	11	228.751	103.103
Caixa e depósitos bancários	4	34.155	633.434
Total do activo corrente		37.754.016	29.471.803
Total do activo		104.029.831	94.137.757
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital realizado	12	73.193.455	73.193.455
Acções (quotas) próprias	12	(1.426.438)	(1.426.438)
Prémios de emissão	12	9.952.762	9.952.762
Reservas legais	12	2.070.034	2.070.034
Outras reservas	12	1.522.269	1.522.269
Resultados transitados		(12.748.276)	(16.319.529)
Ajustamentos em activos financeiros	12	(24.193.450)	(23.515.177)
Excedentes de revalorização		5.939	5.939
Outras variações no capital próprio		-	-
		48.376.295	45.483.315
Resultado líquido do período		103.594	3.113.899
Total do capital próprio		48.479.889	48.597.213
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Provisões	13	281.311	-
Estado e outros entes públicos	16	1.418.798	105.320
Financiamentos obtidos	14	24.321.138	23.145.000
Outras contas a pagar	15	548.729	149.816
Total do passivo não corrente		26.569.976	23.400.136
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	14	1.439.289	1.390.531
Estado e outros entes públicos	16	2.464.110	2.630.277
Financiamentos obtidos	14	23.712.483	17.145.218
Outras contas a pagar	15	1.364.084	974.381
Total do passivo corrente		28.979.966	22.140.407
Total do passivo		55.549.942	45.540.543
Total do capital próprio e do passivo		104.029.831	94.137.757

O anexo faz parte integrante destas Demonstrações Financeiras

Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

REDITUS - SGPS, SA.

**DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2013**

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2013	2012
Vendas e serviços prestados	17	1.606.000	1.653.058
Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	7	1.951.090	5.025.631
Fornecimentos e serviços externos	18	(947.274)	(1.953.319)
Gastos com o pessoal	19	(916.666)	(835.638)
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	13	(700.000)	-
Outros rendimentos e ganhos	21	286.411	362.032
Outros gastos e perdas	22	(362.514)	(229.027)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		917.048	4.022.737
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	20	(115.676)	(144.340)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		801.371	3.878.397
Juros e rendimentos similares obtidos	23	1.184.408	16.186
Juros e gastos similares suportados	23	(2.604.271)	(1.751.617)
Resultado antes de impostos		(618.492)	2.142.966
Imposto sobre o rendimento do período	8	722.085	970.933
Resultado líquido do período		103.594	3.113.899
Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período			
Resultado por acção básico		0,011	0,343

O anexo faz parte integrante destas Demonstrações Financeiras

Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

REDITUS - SGPS, SA.
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAL
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012**
(Montantes expressos em euros)

	Notas	2013	2012
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		1.373.815	2.795.921
Pagamentos a fornecedores		(1.024.993)	(2.623.189)
Pagamentos ao pessoal		(801.532)	(828.746)
Caixa gerada pelas operações		(452.710)	(656.014)
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		(7.775)	(16.139)
Outros recebimentos / pagamentos		(613.437)	(1.202.091)
Fluxos das actividades operacionais [1]	4	(1.073.922)	(1.874.244)
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis			(2.140)
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos		(7.509.279)	(5.589.142)
		(7.509.279)	(5.591.282)
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		2.500	
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos		1.533.727	3.426.771
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares		98.058	708.369
Dividendos			
		1.634.285	4.135.140
Fluxos das actividades de investimento [2]	4	(5.874.994)	(1.456.142)
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		23.996.403	21.791.556
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento		23.996.403	21.791.556
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(15.770.076)	(13.670.119)
Juros e gastos similares		(1.474.793)	(2.807.773)
Dividendos		-	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			(245.706)
Outras operações de financiamento		(200.778)	(118.810)
		(17.445.647)	(16.842.408)
Fluxos das actividades de financiamento [3]	4	6.550.756	4.949.148
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]		(398.160)	1.618.762
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		(209.509)	(1.828.271)
Caixa e seus equivalentes no fim do período		(607.669)	(209.509)

O anexo faz parte integrante destas Demonstrações Financeiras

Anexo às Demonstrações Financeiras

em 31 de Dezembro de 2013

(Montantes expressos em euros)

1 NOTA INTRODUTÓRIA

A REDITUS Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA. é uma sociedade anónima, foi constituída em 1966 e tem a sua sede social em Lisboa, na Rua Pedro Nunes n.º 11.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 28/03/2014. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Sociedade, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações da Empresa, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”), regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho (Sistema de Normalização Contabilística), com as retificações da Declaração de Retificação nº67-B/2009, de 11 de Setembro, e com as alterações introduzidas pela Lei nº 20/2010, de 23 de Agosto;
- Portaria nº 986/2009, de 7 de Setembro (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Aviso nº 15652/2009, de 7 de Setembro (Estrutura Conceptual);
- Aviso nº 15655/2009, de 7 de Setembro (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro);
- Aviso nº 15654/2009, de 7 de Setembro (Normas Interpretativas);
- Portaria nº 1011/2009, de 9 de Setembro (Código de Contas).

Em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação foram utilizadas as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”) que integram o SNC. As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos no art. 1º da Portaria nº 986/2009, de 7 de Setembro, designadamente o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo.

Conforme previsto no Anexo ao Decreto-Lei nº 158/2009, a Empresa aplica supletivamente as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho, as Normas Internacionais de Contabilidade e de Relato Financeiro (“IAS/IFRS”) e as respetivas interpretações (“SIC/IFRIC”) do IASB, de forma a colmatar lacunas ou omissões relativas a aspetos de algumas transações ou situações particulares não previstas no SNC.

Nos períodos de 2013 e de 2012 a que respeitam as presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que pudessem ter produzido efeitos materialmente relevantes pondo em causa a imagem verdadeira e apropriada da informação divulgada.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas pela Empresa na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo e foram consistentemente aplicadas.

3.1- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou de produção. O custo de aquisição inclui: (i) o preço de compra do ativo, (ii) as despesas diretamente imputáveis à compra, e (iii) os custos estimados de desmantelamento, remoção dos ativos e restauração do local. Após o reconhecimento inicial os ativos fixos tangíveis são mensurados ao custo deduzido de depreciações acumuladas e perdas de imparidade acumuladas, quando aplicável.

As depreciações dos ativos tangíveis, deduzidos do seu valor residual, são calculadas de acordo com o método da linha reta (quotas constantes), a partir do mês em que se encontram disponíveis para utilização, durante a vida útil dos ativos, a qual é determinada em função da utilidade esperada. As taxas de depreciação praticadas correspondem, em média, às seguintes vidas úteis estimadas para as diversas classes de ativos:

Classe de bens	Anos
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	3-20
Equipamento de transporte	4-6
Equipamento administrativo	3-10
Outros activos fixos tangíveis	10-20

A depreciação cessa quando os ativos passam a ser classificados como detidos para venda.

Em cada data de relato, a Empresa avalia se existe qualquer indicação de que um ativo possa estar em imparidade. Sempre que existam tais indícios, os ativos fixos tangíveis são sujeitos a testes de imparidade, sendo o excesso da quantia escriturada face à quantia recuperável, caso exista, reconhecido em resultados. A quantia recuperável é a mais alta de entre o justo valor de um ativo menos os custos de o vender e o seu valor de uso.

Os encargos com manutenção e reparações de natureza corrente são registados como gastos do período em que são incorridos. As grandes reparações que originem acréscimo de benefícios ou de vida útil esperada são registadas como ativos tangíveis e depreciadas às taxas correspondentes à vida útil esperada. A componente substituída é identificada e abatida.

As mais ou menos valias decorrentes da alienação de ativos fixos tangíveis, determinadas pela diferença entre o valor de venda e a respetiva quantia registada na data da alienação, são contabilizadas em resultados na rubrica “Outros rendimentos e ganhos “ ou “Outros gastos e perdas”.

3.2- Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição. Após o reconhecimento inicial os ativos intangíveis são mensurados ao custo deduzido das amortizações acumuladas e das perdas de imparidade, quando aplicável. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

Os ativos intangíveis, compreendem essencialmente despesas com patentes, software (sempre que este é separável do hardware e esteja associado a projetos em que seja quantificável a geração de benefícios económicos futuros), licenças e outros direitos de uso. Também incluem as despesas de desenvolvimento dos projetos de I&D sempre que se demonstre a intenção e a capacidade técnica para completar esse desenvolvimento, a fim de o mesmo estar disponível para comercialização ou uso. As despesas de investigação, efetuadas na procura de novos conhecimentos técnicos ou científicos ou na busca de soluções alternativas, são reconhecidas em resultados quando incorridas.

Os ativos intangíveis são amortizados pelo método da linha reta (quotas constantes), a partir do mês em que se encontram disponíveis para utilização, durante a vida útil estimada.

As mais ou menos valias resultantes da alienação dos ativos intangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data da alienação, sendo registradas na Demonstração dos resultados por naturezas como “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.

3.3 - Imparidade de ativos tangíveis e intangíveis, exceto goodwill

A Empresa efetua avaliações de imparidade dos seus ativos fixos tangíveis e intangíveis sempre que ocorre algum evento ou alteração que indique que o montante pelo qual o ativo se encontra registrado possa não ser recuperado. Em caso da existência de tais indícios, a Empresa procede à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a extensão da perda por imparidade. Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

A quantia recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. O justo valor é o valor que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras. O valor de uso decorre dos fluxos de caixa futuros estimados e descontados do ativo durante a vida útil esperada. A taxa de desconto utilizada na atualização dos fluxos de caixa descontados reflete o valor atual do capital e o risco específico do ativo.

Sempre que a quantia escriturada do ativo ou da unidade geradora de caixa seja superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registrada na Demonstração dos resultados por naturezas do período a que se refere, na rubrica de “Imparidade de investimentos depreciables/ amortizáveis (perdas/reversões)”.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registrada quando há evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida na demonstração de resultados como dedução à rubrica “Imparidade de investimentos depreciables/ amortizáveis (perdas/reversões)”. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações ou amortizações) caso a perda por imparidade não tivesse sido registrada em anos anteriores, e é reconhecida como um rendimento na demonstração de resultados.

3.4 - Participações financeiras

As participações financeiras nas quais a Empresa tem controle ou que controla conjuntamente com outras entidades, são registadas no balanço em “Participações financeiras – método da equivalência patrimonial”, pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo e posteriormente ajustadas pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das Empresas subsidiárias, conjuntamente controladas ou associadas por contrapartida de “Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos”, e por outras variações ocorridas nos seus capitais próprios por contrapartida de “Ajustamentos em ativos financeiros”. Adicionalmente, as participações financeiras poderão igualmente ser ajustadas pelo reconhecimento de perdas por imparidade. Anualmente ou quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, é realizada uma avaliação e as perdas por imparidade que se demonstre existir, são registadas como gastos na Demonstração dos resultados por naturezas.

Os resultados das participadas adquiridas ou vendidas durante o período estão incluídos na demonstração de resultados por naturezas desde a data da sua aquisição e até à data da sua alienação.

Quando as perdas em Empresas subsidiárias ou associados excedem o investimento efetuado nessas entidades, o valor contabilístico do investimento financeiro é reduzido a zero e o reconhecimento de perdas futuras é descontinuado, exceto na parcela em que a Empresa incorra numa obrigação legal ou construtiva de assumir essas perdas em nome da subsidiária ou associada, caso em que é registada uma Provisão.

Os dividendos recebidos de Empresas subsidiárias e associadas são registados como uma diminuição do valor das “Participações financeiras – método da equivalência patrimonial”.

3.5 - Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro numa entidade e a um passivo financeiro ou instrumento de capital próprio noutra entidade.

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais. Um ativo financeiro é qualquer ativo que seja dinheiro ou um direito contratual de receber dinheiro. Um passivo financeiro é qualquer passivo que se consubstancie numa obrigação contratual de entregar dinheiro.

Os ativos financeiros da Empresa são basicamente os Clientes e outras contas a receber e, Caixa e equivalentes de caixa. Os passivos financeiros são fundamentalmente os Financiamentos obtidos e os Fornecedores e outras contas a pagar. Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados na data do relato financeiro ao custo ou ao custo amortizado subtraído da perda por imparidade, sendo o custo amortizado determinado

através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

Por instrumento de capital próprio entende-se um qualquer contrato que evidencie um interesse nos ativos da Empresa após a subtração de todos os passivos. Os instrumentos de capital próprio são basicamente as ações/ quotas da Empresa e prestações suplementares e acessórias, sempre que cumpram o conceito de instrumento de capital próprio.

Clientes e outras contas a receber

Os saldos de clientes e de outros devedores constituem as contas a receber por serviços prestados pela Empresa. Se é expectável que a sua cobrança ocorra dentro de um ano ou menos, são classificadas como ativo corrente. Caso contrário são classificadas como ativo não corrente.

As contas a receber classificadas como ativo corrente não têm implícito juro e são apresentadas pelos respetivos valores nominais, deduzidas de perdas de realização estimadas (perdas por imparidade), calculadas essencialmente com base na antiguidade das contas a receber. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

As contas a receber classificadas como ativo não corrente são mensuradas pelo respetivo custo amortizado, determinado de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Quando existe evidência de que as mesmas se encontram em imparidade, procede-se ao registo da correspondente perda em resultados.

O seu desreconhecimento só ocorre quando expiram os direitos contratuais.

Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos nas rubricas de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo corrente; caso contrário, e ainda quando existam limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de “Caixa e seus equivalentes” é deduzida dos descobertos bancários incluídos no balanço na rubrica de “Financiamentos obtidos”.

Financiamentos obtidos

Os empréstimos são registados ao custo ou ao custo amortizado. O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. São expressos no passivo corrente ou não corrente, dependendo do seu vencimento ocorrer a menos ou mais de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessam as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tenha havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e, contabilizados em resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, encontrando-se os montantes vencidos e não liquidados à data do balanço, classificados na rubrica de “Outras contas a pagar”.

Fornecedores e outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e outros credores são responsabilidades respeitantes à aquisição de mercadorias ou serviços pela Empresa. Se o pagamento for devido dentro de um ano ou menos são classificadas como passivo corrente. Caso contrário, são classificadas como passivo não corrente.

As contas a pagar classificadas como passivo corrente são registadas pelo seu valor nominal.

As contas a pagar classificadas como passivo não corrente, para as quais não exista uma obrigação contratual pelo pagamento de juros, são mensuradas pelo respetivo custo amortizado, determinado de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

O seu desreconhecimento só ocorre quando cessam as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Instrumentos de capital próprio

Um instrumento de capital próprio só é reconhecido quando é emitido e subscrito. Se um instrumento de capital próprio for emitido, subscrito e se os recursos não forem proporcionados, a quantia a receber é relevada como dedução ao capital próprio.

Caso a Empresa adquira ou readquira os seus próprios instrumentos de capital próprio, estes instrumentos são reconhecidos como dedução ao capital próprio.

Os custos com a emissão de novas ações são reconhecidos diretamente em capital como dedução ao valor do encaixe.

Os custos com uma emissão de capital próprio que não se concluiu são reconhecidos como gasto.

3.6 - Resultados por Ação

Os resultados por Ação são calculados dividindo o lucro atribuível aos acionistas pelo número ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período.

3.7 - Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos, quando aprovados em Assembleia-geral da Empresa e enquanto não pagos ao acionista, é reconhecida como um passivo.

3.8 - Provisões e passivos contingentes

São reconhecidas provisões quando, cumulativamente: (i) a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) exista uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

O montante das provisões corresponde ao valor presente da obrigação, sendo a atualização financeira registada como custo financeiro na rubrica de “Juros e gastos similares suportados”, quando aplicável.

As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Quando alguma das condições para o reconhecimento de provisões não é preenchida, a Empresa procede à divulgação dos eventos como passivo contingente. Os passivos contingentes são: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo, ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que uma saída de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessária para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não possa ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de uma saída de recursos.

3.9 – Locações

A classificação das locações como financeiras ou operacionais é efetuada em função da substância e não da forma do contrato. As locações são classificadas como financeiras sempre que nos seus termos ocorra a transferência substancial, para o locatário, de todos os riscos e vantagens associados à propriedade do bem. As restantes locações são classificadas como operacionais.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades para com o locador, são registados no balanço no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. A taxa de desconto a utilizar deverá ser a taxa implícita na locação. Caso esta não seja conhecida deverá ser utilizada a taxa de financiamento da Empresa para aquele tipo de investimentos. A política de depreciação destes ativos segue as regras aplicáveis aos ativos tangíveis propriedade da Empresa. Os juros incluídos no valor das rendas e as amortizações do ativo fixo tangível são reconhecidos na Demonstração dos resultados por naturezas do período a que respeitam.

Nas locações operacionais as rendas devidas são reconhecidas como gasto na Demonstração dos resultados por naturezas, durante o período da locação.

3.10- Rédito

O rédito relativo a vendas, prestações de serviços e juros decorrentes da atividade ordinária da Empresa, é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência, sendo que, relativamente às vendas e prestações de serviços, o justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui o Imposto sobre o Valor Acrescentado.

O reconhecimento de um rédito exige que (i) seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Empresa, (ii) o montante do rédito possa ser fiavelmente mensurado, (iii) os custos incorridos ou a incorrer com a transação também possam ser mensurados com fiabilidade e, (iv) que a fase de acabamento da prestação de serviços/ transação possa ser mensurada com fiabilidade, no caso da prestação de serviços/transação ser reconhecida com base na percentagem de acabamento.

O rédito relativo à prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que as condições do seu reconhecimento, acima enumeradas, sejam satisfeitas e a fase de acabamento da transação/ serviço possa ser razoavelmente estimada.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

3.11- Impostos

O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se

relacionam com itens registrados diretamente no capital próprio, caso em que são registrados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável da Empresa. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos por impostos diferidos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis para as quais existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão dos ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

3.12 - Regime do acréscimo

Os rendimentos e os gastos são registrados de acordo com o regime do acréscimo, pelo que são reconhecidos à medida que são gerados ou incorridos, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos, respetivamente.

Os rendimentos e os gastos reconhecidos na demonstração de resultados por naturezas que ainda não tenham sido faturados ou cuja fatura de aquisição ainda não tenha sido rececionada são registrados por contrapartida de “Devedores por acréscimos de rendimentos” ou de “Credores por acréscimos de gastos” relevados nas rubricas de balanço de “Outras contas a receber” e “Outras contas a pagar”, respetivamente. Os rendimentos recebidos e os gastos pagos antecipadamente são registrados por contrapartida das rubricas de “Diferimentos” do passivo e do ativo, respetivamente.

3.13 - Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF foram utilizadas julgamentos e estimativas que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. As estimativas e pressupostos são determinadas com base no melhor conhecimento existente à data de

preparação das demonstrações financeiras e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das situações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras ocorrem nas seguintes áreas:

(i) Ativos fixos tangíveis e intangíveis/ estimativas de vidas úteis

As depreciações são calculadas sobre o custo de aquisição sendo utilizado o método das quotas constantes, a partir do mês em que o ativo se encontra disponível para utilização. As taxas de depreciação praticadas refletem o melhor conhecimento sobre a sua vida útil estimada. Os valores residuais dos ativos e as respectivas vidas úteis são revistos e ajustados, quando se afigura necessário.

(ii) Imparidade de clientes e outras contas a receber

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação que a Empresa faz da probabilidade de recuperação dos saldos de clientes ou de outras contas a receber.

(iii) Impostos diferidos

O reconhecimento de impostos diferidos pressupõe a existência de resultados e matéria coletável futura. Os impostos diferidos ativos e passivos foram determinados com base na legislação fiscal atualmente em vigor, ou em legislação já publicada para aplicação futura. Alterações na legislação fiscal podem influenciar o valor dos impostos diferidos.

(iv) Provisões

A Empresa exerce julgamento considerável na mensuração e reconhecimento de provisões. O julgamento é necessário de forma a aferir a probabilidade que um contencioso tem de ser bem sucedido. As provisões são constituídas quando a Empresa espera que processos em curso irão originar a saída de fluxos, a perda seja provável e possa ser razoavelmente estimada. Devido às incertezas inerentes ao processo de avaliação, as perdas reais poderão ser diferentes das originalmente estimadas na provisão. Estas estimativas estão sujeitas a alterações à medida que nova informação fica disponível. Revisões às estimativas destas perdas podem afetar os resultados futuros.

3.14- Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos ocorridos após a data do balanço mas antes da data de aprovação das demonstrações financeiras pelo órgão de gestão da Empresa e desde que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço, são refletidos nas demonstrações financeiras do período. Os eventos ocorridos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (“acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos”) são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4 FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. A 31 de Dezembro de 2013 e 2012 o detalhe de Caixa e seus equivalentes apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Numerário	0	0
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	34.155	633.434
Aplicações de tesouraria	<u>34.155</u>	<u>633.434</u>
Activos Financeiros pelo justo valor		
Descobertos bancários (Nota 14)	<u>(641.824)</u>	<u>(842.943)</u>
Caixa e seus equivalentes (Demonstração Fluxos Caixa)	<u><u>(607.669)</u></u>	<u><u>(209.509)</u></u>

5 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

2013

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Total
Activos								
Saldo inicial			15.960	518.132	322.446	3.135		859.673
Aquisições				32.120				32.120
Alienações				-155.110				(155.110)
Outras variações								
Saldo final			15.960	395.142	322.446	3.135		736.683
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade								
Saldo inicial			14.078	324.720	291.627	546		630.971
Depreciações do exercício			1.344	97.748	16.493	92		115.677
Alienações				-149.477				(149.477)
Abates								
Outras variações								
Saldo final			15.421	272.991	308.120	638		597.171
Activos líquidos			538	122.151	14.326	2.497		139.512

2012

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Total
Activos								
Saldo inicial			14.220	210.160	322.446	12.820		559.646
Aquisições			1.740	307.972				309.712
Alienações						(9.685)		(9.685)
Outras variações								
Saldo final			15.960	518.132	322.446	3.135		859.673
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade								
Saldo inicial			11.158	200.339	274.680	10.139		496.316
Depreciações do exercício			2.920	124.381	16.947	92		144.340
Alienações						(9.685)		(9.685)
Abates								
Outras variações								
Saldo final			14.078	324.720	291.627	546		630.971
Activos líquidos			1.882	193.412	30.819	2.589		228.702

6 LOCAÇÕES

Locações financeiras

Os bens detidos em regime de locação financeira são detalhados conforme segue:

	2013			2012
	Custo de aquisição	Deprec./ perdas imp. acumuladas	Montante líquido	Montante líquido
Equipamento de transporte	285.871	165.055	120.817	189.412
	<u>285.871</u>	<u>165.055</u>	<u>120.817</u>	<u>189.412</u>

Os pagamentos mínimos das locações financeiras em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 são detalhados conforme segue:

	Pagamentos mínimos	
	2013	2012
Até 1 ano	59.885	65.496
Entre 1 ano e 5 anos	110.893	149.816
A mais de 5 anos	<u>170.778</u>	<u>215.312</u>
Efeito financeiro do desconto		
Valor presente dos pagamentos mínimos	<u>170.778</u>	<u>215.312</u>

Os gastos ocorridos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 são detalhados conforme segue:

	Gasto do período	
	2013	2012
Pagamentos mínimos	305.145	305.145
	<u>305.145</u>	<u>305.145</u>

Os pagamentos mínimos das locações operacionais em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 são detalhados conforme segue:

	Pagamentos mínimos não canceláveis	
	2013	2012
Até 1 ano	145.809	86.803
Entre 1 ano e 5 anos	231.515	169.155
A mais de 5 anos	<u>377.324</u>	<u>255.958</u>

7 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 o movimento ocorrido na rubrica “Participações financeiras”, incluindo as respetivas perdas por imparidade, foi o seguinte:

2013			
	Método da equiv. patrimonial	Custo de Aquisição	Total
Participações financeiras			
Saldo inicial	(17.166.186)	79.955.550	62.789.364
Regularizações	1.951.090		1.951.090
Alienação de empresas participadas			-
Outras variações	60.391		60.391
Saldo final	(15.154.705)	79.955.550	64.800.845
Activos líquidos	(15.154.705)	79.955.550	64.800.845

2012			
	Método da equiv. patrimonial	Custo de Aquisição	Total
Participações financeiras			
Saldo inicial	(21.049.487)	79.955.550	58.906.063
Aquisições	5.075.631		5.075.631
Outras variações	(1.192.330)		(1.192.330)
Saldo final	(17.166.186)	79.955.550	62.789.364
Activos líquidos	(17.166.186)	79.955.550	62.789.364

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a Empresa evidenciava os seguintes investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos:

2013									
	Sede	Activo	Passivo	Capital próprio	Total de rendimentos	Resultado líquido	% detida	Proporção no resultado	Montante registado
Empresas subsidiárias:									
Reditus Imobiliária	Lisboa	10.232.920	8.999.337	1.233.584	485.986	(244.715)	100%	(244.715)	1.233.584
Reditus Gestão	Lisboa	126.288.513	62.721.252	63.567.261	6.952.443	2.976.135	100%	2.976.135	63.567.261
Tora	Lisboa	7.059.286	7.340.597	(281.311)	803.975	(780.330)	100%	(780.330)	-
								<u>1.951.090</u>	<u>64.800.845</u>

2012									
	Sede	Activo	Passivo	Capital próprio	Total de rendimentos	Resultado líquido	% detida	Proporção no resultado	Montante registado
Empresas subsidiárias:									
Reditus Imobiliária	Lisboa	10.312.180	9.135.844	1.176.336	559.372	(166.783)	100%	(166.783)	1.176.336
Reditus Gestão	Lisboa	125.320.149	63.791.056	61.529.093	2.836.593	5.070.478	100%	5.070.478	61.529.094
Tora	Lisboa	7.421.873	6.922.855	499.019	1.425.447	121.935	100%	<u>121.935</u>	<u>83.934</u>
								<u>5.025.630</u>	<u>62.789.364</u>

Os investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos são registados pelo método da equivalência patrimonial.

Para efeitos de aplicação do método da equivalência patrimonial, foram consideradas as demonstrações financeiras com referência a 31 de Dezembro de 2013 e 2012.

8 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2010 a 2013 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 Dezembro de 2013 e 2012 é detalhado conforme segue:

	2013	2012
Imposto corrente e ajustamentos:		
Imposto corrente do período	78.646	107.595
Ajustamentos a impostos correntes de períodos anteriores		
Perda fiscal ou crédito de imposto de períodos anteriores		
Efeito de alterações de políticas contabilísticas e de correcções de erros registados em resultados		
	<u>78.646</u>	<u>107.595</u>
Impostos diferidos:		
Impostos diferidos relacionados com a origem/reversão de diferenças temporárias	(800.731)	(1.078.528)
Alterações na taxa de tributação e lançamento de novos impostos		
Montantes reclassificados de rubricas do capital próprio		
Diminuição/aumento de impostos diferidos em resultado da avaliação da sua realização		
	<u>(800.731)</u>	<u>(1.078.528)</u>
Gasto com impostos sobre o rendimento	<u>(722.085)</u>	<u>(970.933)</u>

	2013	2012
Resultado antes de impostos	<u>(618.492)</u>	<u>2.142.966</u>
Gasto com impostos sobre o rendimento apurado à taxa de 25%	(154.623)	535.741
Diferenças permanentes:		
Tributação autónoma	53.463	107.595
Amortizações e Provisões não dedutíveis	12.833	18.710
Multas, coimas, juros compensatórios	25.312	9.761
Correcções relativas ao exercício anterior	20.809	7.384
Outros	68.727	(393.717)
Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial	(487.773)	(1.256.408)
Diferenças temporárias:		
Reporte de prejuízos fiscais	(345.540)	
Alteração da taxa de imposto	89.302	
Retenções Fonte	<u>(4.595)</u>	
	<u>(722.085)</u>	<u>(970.933)</u>
Ajustamentos relativos ao imposto de períodos anteriores		
Gasto com impostos sobre o rendimento	<u>(722.085)</u>	<u>(970.933)</u>

Impostos diferidos

O detalhe dos ativos e passivos por impostos diferidos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é conforme segue:

	2013		2012	
	Activos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos	Activos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Prejuízos fiscais reportáveis	1.026.972	-	1.314.219	-
Outros	308.486	-	333.669	-
Saldo final	<u>1.335.458</u>		<u>1.647.888</u>	

Os prejuízos reportáveis são os seguintes:

Ano de Prejuízo Fiscal	Ano Limite para Dedução	Valor do Prejuízo por utilizar	Valor da Dedução
2011	2015	4.465.094	1.026.972
		<u>4.465.094</u>	<u>1.026.972</u>

9 ATIVOS FINANCEIROS

Cientes e outras contas a receber

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 as contas a receber da Empresa apresentavam a seguinte composição:

	2013			2012		
	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido
Correntes:						
Cientes a)	4.420.086		4.420.086	3.639.561		3.639.561
	4.420.086	-	4.420.086	3.639.561	-	3.639.561
Outras contas a receber						
Pessoal b)	1.915.689	(1.497.465)	418.223	1.214.437	(624.465)	589.972
Deved. Por acrésc. Rendimentos c)	1.203.408		1.203.408	122.059		122.059
Accionistas d)	20.675.467		20.675.467	15.197.423		15.197.423
Outros Devedores e)	10.747.195	(186.507)	10.560.689	11.227.900	(2.566.427)	8.661.473
	34.541.759	(1.683.972)	32.857.787	27.761.819	(3.190.892)	24.570.927
	38.961.844	(1.683.972)	37.277.872	31.401.380	(3.190.892)	28.210.487

- a) Os saldos de clientes respeitam essencialmente a valores a receber das Empresas do Grupo Reditus;
- b) Em 2013, a Empresa procedeu ao reforço da imparidade de valores a receber do pessoal, para fazer face a eventuais perdas decorrentes de saldos não recuperáveis;
- c) Os devedores por acréscimo de rendimentos incluem cerca de 1.050.000 euros referente a juros debitados a Empresas do Grupo;
- d) A rubrica de acionistas evidencia os créditos concedidos a Empresas do Grupo;
- e) A rubrica de outros devedores inclui essencialmente saldos referentes a impostos consolidados e saldos devedores de Empresas que se encontram inativas (para o qual existe uma imparidade contabilizada de igual montante).

10 DIFERIMENTOS ATIVOS

O valor dos diferimentos em 2013 respeita a gastos diferidos com seguros faturados pelas seguradoras, referentes a 2014.

11 ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
Acções Millenniumbcp	1.564.329	1.564.328
Imparidade	(1.335.578)	(1.461.225)
	<u>228.751</u>	<u>103.103</u>

As 1.374.703 ações detidas do BCP encontram-se valorizadas ao justo valor de 0,098 euros.

12 INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Em 31/12/2013 e 31/12/2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
Capital		
Valor nominal	73.193.455	73.193.455
Reservas	3.592.304	3.592.304
Resultados Transitados	(12.748.276)	(16.319.529)
Ajustamentos activos financeiros	(24.193.450)	(23.515.177)
Excedentes de revalorização	5.939	5.939
Acções/quotas próprias	(1.426.438)	(1.426.438)
Prémios / descontos	9.952.762	9.952.762
	<u>48.376.295</u>	<u>45.483.315</u>

Capital social

O capital social era de 73.193.455€ representado por 14.638.691 ações ao portador de valor nominal de 5 euros cada, que se encontravam em 31 de Dezembro de 2013 cotadas no mercado oficial da Euronext Lisboa.

Ações Próprias

Em 31 de Dezembro de 2013, a Reditus SGPS detinha em carteira 255.184 ações próprias, representativas de 1,74% do capital social.

Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Em 31 de Dezembro de 2013 a reserva legal ascendia a 2.070.034 euros.

Resultados Transitados

No exercício de 2013, a Empresa procedeu à transferência de 457.354 euros de resultados transitados para ajustamentos de ativos financeiros, atendendo que este montante se referia a uma imparidade de Goodwill registada numa das suas participadas, com referência a 2011.

Ajustamentos em ativos financeiros

A Empresa procedeu à reclassificação no valor de 457.354 euros, referente a uma imparidade de Goodwill.

Prémios de emissão

Os prémios de emissão a 31 de Dezembro de 2013 ascendiam a 9.952.762 euros.

13 PROVISÕES E PERDAS DE IMPARIDADES

Durante o exercício de 2013 os movimentos de perdas por imparidades foram os seguintes:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Outros devedores	700.000	
	<u>700.000</u>	<u>0</u>

Durante o exercício de 2013 os movimentos de provisões foram os seguintes:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Aplicação do MEP (Tora)	281.311	
	<u>281.311</u>	<u>0</u>

14 PASSIVOS FINANCEIROS

Fornecedores e outros passivos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2013 e em 31 de Dezembro de 2012 as rubricas de “Fornecedores” e de “Outros passivos financeiros” apresentavam a seguinte composição:

	2013	2012
Fornecedores		
Fornecedores, conta corrente	1.439.245	1.390.487
Fornecedores, títulos a pagar		
Fornecedores, fact. em recepção e conferência	44	44
	<u>1.439.289</u>	<u>1.390.531</u>

Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos em 31 de Dezembro de 2013 e em 31 de Dezembro de 2012 são detalhados conforme segue:

	2013		2012	
	Montante utilizado		Montante utilizado	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Instituições financeiras:				
Empréstimos bancários:				
Instituições de Crédito	1.458.468	24.321.138	3.190.000	23.145.000
	<u>1.458.468</u>	<u>24.321.138</u>	<u>3.190.000</u>	<u>23.145.000</u>
Outros empréstimos obtidos:				
Descobertos bancários	641.824		842.943	
Conta Corrente caucionada				
	<u>641.824</u>	<u>0</u>	<u>842.943</u>	<u>0</u>
Total instituições financeiras	<u>2.100.292</u>	<u>24.321.138</u>	<u>4.032.943</u>	<u>23.145.000</u>
Outras entidades:				
Empréstimos obrigacionistas				
	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>
Outros empréstimos obtidos:				
Reditus B. Solutions	19.671.908		10.358.591	
Reditus Gestão	1.728.036		2.673.660	
Reditus Consulting	190.316		53.134	
Partblack	21.931		12.300	
Jm Consultores	0		14.590	
	<u>21.612.191</u>	<u>0</u>	<u>13.112.275</u>	<u>0</u>
Total outras entidades	<u>23.712.483</u>	<u>24.321.138</u>	<u>17.145.218</u>	<u>23.145.000</u>

Os empréstimos com garantias existentes em 31 de Dezembro de 2013 são:

- Empréstimo no Millenniumbcp com o valor em dívida de 21.180.000 euros, o qual tem como garantia o penhor de 433.311 ações do Millenniumbcp;

- O empréstimo de 1.115.000 euros tem como garantia um penhor de 2º grau que inclui 104.428 ações da Reditus SGPS e 100.000 ações da Reditus Gestão, que possuindo uma cláusula que permite ao banco solicitar o reembolso antecipado total ou parcial, nas seguintes situações:

- Se o acionista Miguel Pais do Amaral passar a deter direta ou indiretamente uma participação no capital social da Reditus SGPS inferior a 23,4%;

- Se o acionista José António Gatta passar a deter direta ou indiretamente uma participação no capital social da Reditus SGPS inferior a 14,40%;

•Se o acionista Frederico Moreira Rato passar a deter direta ou indiretamente uma participação no capital social da Reditus SGPS inferior a 14,40%;

•Se o acionista António Maria de Mello passar a deter direta ou indiretamente uma participação no capital social da Reditus SGPS inferior a 9,0%.

A parcela classificada como não corrente em 2013 e em 2012 tem o seguinte plano de reembolso definido:

	2013	2012
	Capital	Capital
2014	0	5.040.000
2015	2.437.332	5.040.000
2016	4.853.017	4.740.000
2017	4.916.083	4.740.000
2018	4.768.757	3.585.000
2019	4.014.683	0
2020	3.054.683	0
2021	174.683	0
2022	101.899	0
	<u>24.321.138</u>	<u>23.145.000</u>

15 ADIANTAMENTOS DE CLIENTES, ADIANTAMENTO A FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de Dezembro de 2013 e em 31 de Dezembro de 2012, as rubricas “Adiantamentos de clientes”, “Adiantamentos a fornecedores” e “Outras contas a pagar” apresentavam a seguinte composição:

	2013	2012
Outras contas a pagar		
Não corrente		
Fornecedores de investimentos	110.893	149.816
Outros credores	437.836	
	<u>548.729</u>	<u>149.816</u>
Corrente		
Fornecedores de investimentos	97.460	151.018
Credores por acréscimos de gastos	1.188.584	811.506
valores de pessoal	56.495	0
Outros credores	21.545	11.857
	<u>1.364.084</u>	<u>974.381</u>
	<u>1.912.813</u>	<u>1.124.197</u>

O saldo de credores por acréscimo de gastos inclui essencialmente o montante de 1.048.000 euros referente a juros debitados por Empresas do Grupo.

16 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2013 e em 31 de Dezembro de 2012, as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	2013		2012	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Não corrente				
Prestacionais		1.418.798		105.320
	<u>0</u>	<u>1.418.798</u>	<u>0</u>	<u>105.320</u>
Corrente:				
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas				
Pagamentos por conta / pagamento especial por conta	69.783		203.474	
Estimativa de imposto	0	1.430.828	801	2.430.348
Retenção na Fonte	98.533		276.899	85.115
Retenção na Fonte - em mora				17.391
Retenção na Fonte - Prestacional		507.189		20.633
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares				
Imposto sobre o valor acrescentado		152.793		50.302
Contribuições para a Segurança Social		0		15.720
Prestacional		373.301		10.768
Outros		0		0
Outros Impostos		0		0
	<u>168.315</u>	<u>2.464.110</u>	<u>481.174</u>	<u>2.630.277</u>

As taxas de juros dos prestacionais são de 6,11%.

As garantias prestadas pela Reditus SGPS para os planos, são ações de participadas avaliadas pela AT.

17 RÉDITO

O rédito reconhecido pela Empresa em 31 de Dezembro de 2013 e em 31 de Dezembro de 2012 é detalhado conforme segue:

	2013	2012
Prestação de serviços	1.606.000	1.653.058
Aumentos / reduções de justo valor	-	-
Outros rendimentos e ganhos (Nota 21)	286.411	362.032
Juros obtidos (Nota 23)	1.184.408	16.186
	<u>3.076.819</u>	<u>2.031.276</u>

As prestações de serviços dizem respeito a débitos de gastos de estrutura às restantes Empresas do Grupo.

18 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 é detalhada conforme segue:

	2013	2012
Trabalhos especializados	284.905	987.087
Honorários	22.575	68.016
Deslocações, estadas e transportes	32.468	37.085
Rendas e alugueres	255.029	305.145
Água, electricidade e combustíveis	57.304	67.021
Comunicação	42.988	33.043
Publicidade e propaganda	9.896	99.816
Seguros	88.828	90.967
Serviços Bancários	66.471	
Outros	86.810	265.139
	<u>947.274</u>	<u>1.953.319</u>

Em 2013, a variação registada em trabalhos especializados deve-se essencialmente, à redução dos gastos com a estrutura e assistência jurídica.

19 GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de “Gastos com o pessoal” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 é detalhada conforme segue:

	2013	2012
Remunerações dos órgãos sociais	614.107	571.703
Remunerações do pessoal	125.830	117.757
Encargos sobre remunerações	165.067	122.566
Seguros de ac. trabalho e doenças prof.	3.644	8.439
Outros	8.018	15.173
	<u>916.666</u>	<u>835.638</u>

A Reditus SGPS a 31 de dezembro de 2013, possuía 16 trabalhadores.

20 AMORTIZAÇÕES E DEPRECIAÇÕES

A decomposição da rubrica de “Gastos / reversões de depreciação e de amortização” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 é conforme segue:

	2013	2012
Activos fixos tangíveis (Nota 5)	115.676	144.340
	<u>115.676</u>	<u>144.340</u>

21 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A decomposição da rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 é conforme segue:

	2013	2012
Rendimentos suplementares	275.039	219.140
Outros	11.372	142.892
	<u>286.411</u>	<u>362.032</u>

22 OUTROS GASTOS E PERDAS

A decomposição da rubrica de “Outros gastos e perdas” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 é conforme segue:

	2013	2012
Impostos	13.867	7.551
Correcções de exercicios anteriores	83.236	29.536
Alienação de activos não correntes detidos para venda a)		
Gastos e perdas nos restantes Investimentos financeiros	0	149
Outros	265.411	191.791
	<u>362.514</u>	<u>229.027</u>

a) Este valor inclui, a insuficiência para estimativa de imposto de 2012, multas fiscais bem como quotizações.

23 JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos exercícos findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 é conforme segue:

	2013	2012
Juros suportados		
Financiamentos bancários	2.332.503	1.696.753
Locações financeiras	16.903	16.753
Empréstimos obrigacionistas		
Mora e compensatórios	120.554	36.038
Outros financiamentos	<u>2.469.960</u>	<u>1.749.544</u>
Diferenças de câmbio desfavoráveis em financiamentos		
Ajustamentos aplicações financeiras		-
Perdas em instrumentos de cobertura associados a financiamentos		
Outros gastos de financiamento	134.310	2.073
	<u>134.310</u>	<u>2.073</u>
	<u>2.604.271</u>	<u>1.751.617</u>

As taxas de juro médias inerentes aos financiamentos bancários são de 5%.

Os juros, dividendos e outros rendimentos similares reconhecidos no decurso dos exercícos findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 são conforme segue:

	2013		2012	
Juros obtidos				
Depósitos em instituições de crédito	6.744		16.186	
Outros	<u>1.177.663</u>	1.184.408	-	16.186
Dividendos obtidos				
Aplicações em meios financeiros líquidos				
Subsidiárias				
Associadas e entidades conjuntamente controladas				
Outras entidades		-		-
Outros rendimentos similares				
		<u>1.184.408</u>		<u>16.186</u>

24 PARTES RELACIONADAS

No decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

2013:

	Compras de inventários	Compras activos fixos	Serviços obtidos	Juros suportados	Vendas de inventários	Vendas activos fixos	Serviços prestados	Juros obtidos
Empresa-mãe								
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa								
Subsidiárias			242,992	1,048,736			1,805,826	1,052,015
Associadas								
Interesses em empreendimentos conjuntos								
Pessoal chave da gestão							9,189	
Outras partes relacionadas								
			<u>242,992</u>	<u>1,048,736</u>			<u>1,815,015</u>	<u>1,052,015</u>

2012:

	Compras de inventários	Compras activos fixos	Serviços obtidos	Juros suportados	Vendas de inventários	Vendas activos fixos	Serviços prestados	Juros obtidos
Empresa-mãe								
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa								
Subsidiárias			626.391				1.847.036	
Associadas								
Interesses em empreendimentos conjuntos								
Pessoal chave da gestão								
Outras partes relacionadas								
			<u>626.391</u>				<u>1.847.036</u>	

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a Empresa apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

2013:

	Contas a receber correntes	Contas a receber não correntes	Ajustam. dívidas cob. duvidosa	Contas a receber líquidas	Contas a pagar correntes	Contas a pagar não correntes	Total contas a pagar
Empresa-mãe							
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa							
Subsidiárias	4.397.500			4.397.500	787.418		787.418
Associadas							
Interesses em empreendimentos conjuntos							
Pessoal chave da gestão							
Outras partes relacionadas	9.977			9.977	3.419		3.419
	<u>4.407.478</u>			<u>4.407.478</u>	<u>790.837</u>		<u>790.837</u>

2012:

	Contas a receber correntes	Contas a receber não correntes	Ajustam. dívidas cob. duvidosa	Contas a receber líquidas	Contas a pagar correntes	Contas a pagar não correntes	Total contas a pagar
Empresa-mãe							
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa							
Subsidiárias	3.626.954			3.626.954	789.972		789.972
Associadas							
Interesses em empreendimentos conjuntos							
Pessoal chave da gestão							
Outras partes relacionadas					2.552		2.552
	<u>3.626.954</u>			<u>3.626.954</u>	<u>792.524</u>		<u>792.524</u>

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a Empresa apresentava os seguintes empréstimos obtidos e concedidos a partes relacionadas:

2013:

	Empréstimos obtidos com garantia	Empréstimos obtidos sem garantia	Total de empréstimos obtidos	Empréstimos concedidos com garantia	Empréstimos concedidos sem garantia	Total de empréstimos concedidos
Empresa-mãe						
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa						
Subsidiárias	20.675.467		20.675.467	21.612.191		21.612.191
Associadas						
Interesses em empreendimentos conjuntos						
Pessoal chave da gestão						
Outras partes relacionadas						
	<u>20.675.467</u>	<u></u>	<u>20.675.467</u>	<u>21.612.191</u>	<u></u>	<u>21.612.191</u>

2012:

	Empréstimos obtidos com garantia	Empréstimos obtidos sem garantia	Total de empréstimos obtidos	Empréstimos concedidos com garantia	Empréstimos concedidos sem garantia	Total de empréstimos concedidos
Empresa-mãe						
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa						
Subsidiárias		13.112.273	13.112.273		14.967.423	14.967.423
Associadas						
Interesses em empreendimentos conjuntos						
Pessoal chave da gestão						
Outras partes relacionadas						
	<u></u>	<u>13.112.273</u>	<u>13.112.273</u>	<u></u>	<u>14.967.423</u>	<u>14.967.423</u>

25 Divulgações Exigidas por Diplomas Legais
Honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas

Os honorários totais faturados no exercício findo em 31 de Dezembro de 2013 pelo Revisor Oficial de Contas ascenderam a 50.000 euros para a Empresa Reditus SGPS individual e contas consolidadas.

Dívidas em Mora

A Administração informa que a Empresa apresenta dívidas ao Estado em situação de mora e dívidas em prestacionais, nos termos do Decreto-Lei 534/80 de 7 de Novembro como se segue:

	2013	2012
IGFSS	246.051	105.740
Direcção Geral dos Impostos	1.939.213	133.211
	<u>2.185.264</u>	<u>238.951</u>

Dando cumprimento ao estipulado no artigo 209.º do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, a Administração informa que a situação da Empresa perante o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social e à alínea a), do art. 2º do D.L. 236/95, de 13 de Setembro, Direcção Geral da Autoridade Tributária têm em vigor na presente data, um acordo de pagamento prestacional.

À data de 31 de Dezembro de 2013, a Reditus SGPS tinha diversos planos prestacionais ativos em sede Segurança Social, IRS e IVA, e que estão a ser cumpridos. As coimas associadas, não foram provisionadas porque a Administração considera que a sua aplicação não é provável.

Garantias

- Fiador da empresa Reditus Business Solutions no montante de 3.000.000 euros;
- Responsabilidade como Avalista da Reditus Business Solutions S.A., no montante de 9.557.256 euros.

26 CONTINGÊNCIAS

A Empresa foi notificada para proceder a correções em sede de IRC, com referência aos anos de 2004 a 2007 e recebeu uma liquidação adicional de IVA referente a 2009. A liquidação referente a 2004 não envolve imposto a pagar, refletindo-se nas correções dos exercícios posteriores. A Empresa aguarda o desfecho da impugnação judicial que apresentou relativamente à liquidação referente a 2005, na parte em que não lhe foi dada razão em sede do recurso hierárquico. Os recursos hierárquicos que a Empresa apresentou relativamente às liquidações referentes aos exercícios de 2006 e 2007 foram parcialmente deferidos, e a única questão que se mantém em relação a estes dois exercícios, prende-se com o reporte de prejuízos de exercícios anteriores, sendo que esta questão depende do resultado da impugnação deduzida contra o IRC de 2005. Em relação à liquidação de IVA de 2009, a

reclamação apresentada foi parcialmente deferida, tendo sido deduzido recurso hierárquico contra a parte indeferida.

É entendimento da Administração que esta situação não implica qualquer responsabilidade não refletida nas contas da Empresa.

27 EVENTOS SUBSEQUENTES À DATA DO BALANÇO

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros fatos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código as Sociedades Comerciais.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Certificação Legal e Relatório de Auditoria das Contas Individuais



Tel: +351 217 990 420
Fax: +351 217 990 439
www.bdo.pt

Ax. da República, 50 - 10º
1069-211 Lisboa

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



Reditus, Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA
Lisboa

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a Informação financeira contida no Relatório de Gestão e nas demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, da Reditus, Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA (adiante também designada por Empresa), as quais compreendem: o Balanço em 31 de Dezembro de 2013 (que evidencia um total de 104 029 831 euros e um total de capital próprio de 48 479 889 euros, incluindo um resultado líquido positivo de 103 594 euros), a Demonstrações dos Resultados por Naturezas, a Demonstração de Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa, do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Reditus, Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA: (i) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa; (ii) a preparação de informação financeira histórica, que esteja de acordo com o sistema de normalização contabilística e que seja completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (v) prestar informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a atividade da Empresa, a sua posição financeira ou os seus resultados.

3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.



Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração da Reditus, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e (v) a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas no artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais.

6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Reditus, Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA, em 31 de dezembro de 2013, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com o sistema de normalização contabilística e a informação nelas constante é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.



Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício e o relatório do governo das sociedades inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Lisboa, 30 de abril de 2014



José Martinho Soares Barroso, em representação de
BDO & Associados - SROC
(Inscrita no Registo de Auditores da CMVM sob nº 1 122)

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Introdução

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, o Conselho Fiscal da Reditus SGPS, SA vem apresentar o relatório da sua atividade no exercício de 2013, bem como o parecer sobre o Relatório de Gestão e restantes documentos de prestação de contas da Reditus SGPS, SA, apresentados pelo Conselho de Administração.

Fiscalização da Sociedade

O Conselho Fiscal, ao longo do exercício em análise, dando cumprimento aos seus deveres legais de fiscalização, acompanhou a gestão da empresa e a evolução dos seus negócios.

O Conselho Fiscal, no âmbito da sua atividade, e no estrito cumprimento dos seus deveres legais, apreciou as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos utilizados na elaboração da informação financeira, os quais considera adequados e acompanhou, ainda, o sistema de gestão de riscos e a eficácia do sistema de controlo interno, não tendo havido quaisquer constrangimentos ao exercício da sua atividade. O Conselho Fiscal recebeu sempre a colaboração solicitada por parte do Conselho de Administração, bem como dos responsáveis operacionais pelos serviços de contabilidade, de tesouraria e jurídicos.

O Conselho Fiscal analisou o Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras individuais referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, os quais incluem as demonstrações da posição financeira consolidada, a demonstração consolidada dos resultados, as demonstrações dos rendimentos integrais, dos fluxos de caixa e das alterações no capital próprio e respetivos anexos, do exercício findo àquela data, elaborados de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia.

Além disso analisou, e concorda, com as Certificações Legais de Contas e Relatórios de Auditoria sobre as referidas demonstrações financeiras, elaborados pelo Revisor Oficial de Contas.

Declaração de conformidade

Nos termos do artigo 245º do número 1, alínea c) do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho Fiscal declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação constante do Relatório de Gestão e dos demais documentos de prestação de contas foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados e dos fluxos de caixa da Sociedade. Mais entendem que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Sociedade.

Parecer

Em consequência do acima referido, o Conselho Fiscal é de parecer que estão reunidas as condições para que a Assembleia-Geral da Reditus, SGPS, SA, possa aprovar o Relatório de Gestão e as contas do exercício de 2013.

Alfragide, 30 de Abril de 2014

O Conselho Fiscal

Dr. Rui António Gomes Nascimento Barreira – Presidente

Eng. Alfredo Francisco Aranha Salema Reis – Vogal

Dr. José Maria Franco O'Neill – Vogal